

ATA DA 141ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de outubro de 2005, na sala de reuniões da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá - ACIAP, sito na Rua Rodrigues Alves, 261, na cidade de Paranaguá - PR, às 09h, sob a presidência do Sr. Hélio José da Silva reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - CAP, com a presença dos **Conselheiros**: Sérgio Botto de Lacerda, Rogério Distéfano, José Baka Filho, Juarez Moraes e Silva, Ruy Alberto Zibetti, Admilson Lanes Morgado Lima; Carlos Alberto Silveira Calvo, Michael Martins da Silva, Mauro Fontoura Marder, Carlos Roberto Frisoli, Jorge Tacia Filho, Carlos Antonio Tortato, Leonardo Luiz Vicente, Wilson Moraes da Silva, Maria do Socorro de Oliveira, Ozeil Moura dos Santos, Luiz Antônio Fayet, Ailton Galinari, Sidney Pinto, José Roberto Almeida Corrêa, e João Gilberto Cominese Freire. **Convidados**: Nilson Hanke Camargo, OGMO - Daltro do Nascimento, SINDAPAR - Luiz Fernando Mazzitelli e Laís Sávio, APPA - Xênia Karina Arnt, Stella Maris Bittencourt, Fabrício Massardo, Leopoldino de Abreu Neto, Carlos de Oliveira da Velha Filho, Carlos Elysio Neves da Costa, Renato Nikel Veiga, SEAB - Eduardo Felipe Guidi, Sérgio Luiz Lissa, Terminais da Ponta do Félix - Eliane Bee Bondrini. **Justificativa da Ausência**: Conselheiros: Luiz Henrique Roos, Zulfiro Antonio Bosio e Luiz Antonio de Mattos. **1 - Abertura dos Trabalhos**: O **Presidente** iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Destacou a presença do Sr. **Eduardo Filipe Guidi**, que é Assessor Técnico do gabinete do Secretário do Estado de Agricultura do Paraná, e que estará dando algumas informações sobre a febre aftosa no estado do Paraná. Registrou agradecimentos pelo acolhimento que tiveram na ocasião da posse da Nova Diretoria da ACIAP, onde o Conselheiro Adriano fez referências positivas ao trabalho deste Conselho e de todos os seus pares. Ainda fez referência sobre a Instalação do Núcleo de Policiamento Marítimo, da Polícia Federal - NEPOM, cujas atividades tiveram início neste mês. Registrou também que a Srta. Erinice já iniciou seus trabalhos na Secretaria do CAP, agradece assim o apoio do OGMO, pelo reforço da equipe, pois já contribuiu para os trabalhos deste mês e que sem dúvida esse auxílio dará um dinamismo maior as atividades do Conselho. **- 2 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS ATAS** - A aprovação da ata 130ª Reunião Ordinária foi adiada para próxima reunião, porém a **Ata da 138ª Reunião Ordinária do CAP foi aprovada por unanimidade.** **- 3 - POSSE**: Bloco dos Operadores Portuários - Tomou posse o Representante Suplente dos Titulares de Instituições Portuárias Privadas na Área do Porto - Conselheiro **HERMES ANGHINONI**, ao qual foram dadas boas vindas, visto sua experiência na área portuária, o que seguramente irá contribuir para o êxito dos trabalhos do CAP. O **Presidente**, bem como os demais conselheiros manifestaram agradecimentos ao **Conselheiro Mauro Marder** pela sua contribuição ao Conselho durante os últimos anos. Afirmaram esperar que o Sr. Mauro Marder continue a contribuir com os trabalhos do CAP. **- 4 - POSICIONAMENTOS SOBRE O ANDAMENTO DOS TRABALHOS DAS COMISSÕES INTERNAS DO CAP**: **4.1 - Comissão Tarifária, Orçamentária e de Investimentos Portuários** - Apresentação da Proposta Orçamentária e de Investimentos da APPA para o exercício de 2006 (Ofício 500/05-APPA) - Atendendo solicitação desta Comissão e do Cons. José Roberto, relator da matéria, a Srta. Xênia Karina Arnt - APPA fez apresentação detalhada da proposta orçamentária, utilizando recursos de multi-mídia, com distribuição de cópias a todos os conselheiros, e arquivada cópia do respectivo documento na Secretaria do CAP. Após concluiu-se que o assunto

estaria no âmbito da Secretaria do Conselho, para que os Senhores Conselheiros pudessem apreciar a matéria. Até a próxima reunião do Colegiado poderiam ser apresentadas propostas de ajustes ou alterações. O assunto voltará ao plenário do CAP em sua próxima reunião ordinária. - **4.2 - Comissão de Operações Portuárias e Pré - Qualificação de Operadores Portuários - Informações sobre a análise da Ordem de Serviço 036/05 - APPA, que trata do Regulamento de Programações, Atracações e Operações de Navios -** Relatora "ad hoc" Cons. Maria do Socorro de Oliveira - apresentou a síntese das atividades da Comissão no período, destacando o levantamento de questões sobre produtividade e em relação a ampliação do movimento de cargas. **Conselheiro Hermes** - considerando o tempo em que se vem discutindo o assunto, propõe que a Comissão faça uma Reunião Extraordinária, e traga uma Proposta de que se faça uma resolução no CAP, determinando uma mudança naquilo que se está definindo, já que um CAP é um órgão deliberativo. **Conselheira Maria do Socorro** - acredita que é melhor escolher iniciativas que busquem a negociação, tendo em vista que o que interessa são os resultados. **Conselheiro Carlos Alberto** - tem como válida a proposta do Conselheiro Hermes, para que se registre que durante as reuniões da Comissão houve consenso em alguns pontos. Lembra ainda da Norma de Regulamentação do Silão, que até hoje não foi aprovada porque a APPA "não aceitou". **Conselheiro João Gilberto** - A obrigação do Porto foi cumprida, porque publicaram a Norma de Atracação e Navegação. É importante ter um documento, mas argumenta que o ato deva ser consequência de um entendimento que não ocorreu. **Conselheiro Michael** - disse que existem algumas opiniões divergentes; a Ordem de Serviço 036/05 demonstra um esforço em contemporizar as necessidades, e ao mesmo tempo tendo alguns descuidos. Exemplifica que a prancha de 700 contêineres por dia é muito baixa para um terminal sofisticado. A Proposta do 209 que seria um berço alternativo com suas pranchas e janelas, estaria bom. O artigo 28 se refere a concessão de atracação no Berço 217, e 216 no artigo 27, como se fossem Berços Operacionais, como de fato são. No artigo 56, encontra-se o berço 216 ainda em construção. Sua opinião seria a de fazer uma quebra do documento todo, e sínteses usando recursos de Word das sugestões já apresentadas em cada item, para que os interessados possam fazer uma contribuição para que se elimine as posições que são consensuais e fazer um resumo de uma primeira etapa. Acredita que precisam ser mais específicos, e de mais participantes no detalhamento destas questões, e para isso se necessita um documento, que agregue todas as sugestões que foram acumuladas, finalizadas nas mãos da Comissão. **Conselheira Maria do Socorro** - No Regulamento de Exploração está claro que a APPA é quem faz as portarias, e não o Conselho, e a APPA dá conhecimento. E a partir do momento que o Conselho assinou um Regulamento dando para APPA está atribuição, não cabe ao Conselho a atribuição de fazer esse Regulamento, a não ser que se faça uma mudança no Regulamento de Exploração Comercial do Porto. E assim o trabalho que cabe a essa Comissão é apenas o de negociar. Ao final dos debates ficou estabelecido que a Comissão dará continuidade às suas atividades, reunindo todos os interessados na questão na tentativa de se obter avanços no aprimoramento da OS 036/05, com apresentação dos resultados na próxima Reunião do Colegiado. - **4.3 - Comissão de Uso Racional das Instalações Portuárias e dos Processos Licitatórios para sua Exploração - Relatório - Área KM 5 - RFFSA / ALL / APPA - (Ofício 298/05-APPA) -** Relator **Conselheiro José Baka Filho** - A Comissão elaborou um Relatório 04/2005 datado do dia 22 de agosto de 2005, que analisou o Ofício 298/05, referente ao KM 5 -

RFFSA - ALL, onde se decidiu sugerir ao Conselho que a discussão efetiva sobre a utilização da área não operacional hoje pertencente a RFFSA no KM 5, somente venha a ser feita quando esta área passar efetivamente ao patrimônio da APPA. O relatório Comissão foi aprovado pelo Conselho. Na sequência foi abordado assunto relativo a **Composição das Comissões: Presidente Hélio** pede que os Conselheiros observem a Composição das Comissões e informem se há necessidade de alguma correção. Aponta a Comissão do Trabalho Portuário, onde o Relator era o Conselheiro Ariovaldo, que foi substituído. **Conselheira Maria do Socorro** em nome do Bloco dos Trabalhadores propõe o Conselheiro Tortato para Relatoria dessa Comissão, o que foi aceito pelo Presidente do CAP. O **Presidente** pede que na próxima Reunião se faça o registro do andamento dos trabalhos desta Comissão. Dando continuidade o Presidente faz referência à presença da ex - Secretária do Conselho, Rosa Ebina que muito contribuiu para com os trabalhos do Colegiado. Concluído os trabalhos das Comissões, passou para o item seguinte. - **5 - INFORMAÇÕES A SEREM FORNECIDAS PELA APPA: 5.1. Seguro de Bens Patrimoniais da APPA.** Conselheiro **Sérgio Botto** - Introduz a questão, colocando que questionamentos sobre a matéria foram iniciados por deputados que fazem oposição ao governo, relativamente a eventuais irregularidades que teriam ocorrido no Seguro dos Bens da COPEL, com a Seguradora INTERBRAZIL. A discussão Pública deste assunto se esclareceu em relação à COPEL, e a Assembleia Legislativa foi informada que em relação a COPEL, o Seguro que havia sido feito com a INTERBRAZIL tinha a cobertura plena do IRB. Sinistros que ocorreram na vigência daquele seguro foram por ela honrados e a partir daí porque a INTERBRAZIL mantinha Contrato de seguros com o Porto de Paranaguá, se deu início a um estudo maior com relação a essa questão. A primeira premissa que se definiu foi que não há obrigatoriedade legal alguma que o Porto de Paranaguá contrate seguro de seus bens, o que havia no passado eram seguros feitos sem algum critério correto de avaliação do patrimônio desta autarquia. No âmbito do Estado não há notícia em inúmeras autarquias de bens seus segurados. No que diz respeito à energia elétrica, a ANEEL impõe quando delega essa atribuição aos Estados, que obras de grande vulto, como por exemplo, usinas geradoras de energia hidrelétrica, com relação a danos de construção e de transmissão. Porém quanto ao Porto não há norma que imponha que o Porto efetue seguro. E a partir desse levantamento, a Superintendência deu início ao enfrentamento dessa questão, verificando que não havia mesmo no passado, inclusive da INTERBRAZIL, e para que se pudesse cogitar a realização de um novo seguro, no caso da Superintendência decidir, será feita uma licitação de pregão eletrônico. Mas o trabalho da APPA foi, em primeiro lugar, avaliar o seu patrimônio, porque houve situações pretéritas em que seguros feitos em gestões anteriores não foram honrados por seguradoras em sinistros de grande monta que são objetos de ação judicial. A primeira análise é que não há obrigação legal ao se fazer esse seguro. A base da verificação tinha que partir da premissa de uma verificação do que é patrimônio da APPA, e de quanto vale esse patrimônio. **Presidente Hélio** - Informa que no convênio da Delegação, item 15, estabelece obrigações da APPA na condição de executora: Manter seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais para dar cobertura de suas responsabilidades com o delegante, com os usuários e com terceiros; **Conselheiro Sérgio Botto** esclarece que o item não se refere a seguro de bens. Sra. **Rosa Shimoisa Ebina** - Deixa claro que durante os últimos dez anos que a APPA teve como custo de seguro de prêmio, de 1997 - 2004 o Porto pagou um Prêmio de Seguro de 6 milhões 564 mil reais. A seguradora indenizou 1 milhão e 700 mil reais, porque foram

feitas as apólices com franquias muito altas, cláusulas sem qualquer critério, tendo muitos danos e avarias que a seguradora não restituiu. Do custo que o Porto pagou, só houve restituição de 26%. E de 2003 a 2004 havia contrato de seguro, mas não houve nenhum sinistro. Foi entregue um relatório de todas as avarias ocorridas de 2003 a 2005, que são avarias de pequena monta, e mesmo que se o Porto tivesse o seguro, não seria comunicada a seguradora, porque não ultrapassaria a franquia. O Porto então fez a verificação junto com a DISUPA, e com o DEPORT, (departamentos da APPA) de quem está operando, comunicando ao Operador, restituindo o dano ou recuperando o bem. Deixou o Relatório que o Ministério dos Transportes juntamente com o Estado do Paraná fez à disposição dos conselheiros que quisessem verificar. Disse também que este é o primeiro levantamento físico feito no Porto de Paranaguá. **Conselheiro Sérgio Botto** - disse que se fará uma análise a partir desse inventário sobre realizar ou não uma eventual contratação do seguro de seus bens. **Presidente Hélio** - Disse que existe um Grupo de Trabalho no âmbito da Comissão de Operações Portuária, para cuidar de três assuntos: Seguro, Regulamento do Pátio de Triagem e Classificação de Mercadoria. E acredita que esse Grupo poderá promover suas ações, trazendo um posicionamento ao CAP que eventualmente poderá subsidiar os trabalhos.

5.2. Instalações para Operações com Organismos Geneticamente Modificados. **Conselheiro Admilson** - Conforme a última informação da APPA pode-se afirmar que na próxima safra estará atendendo a movimentação da soja transgênica, dentro do que estabelece a lei de Biossegurança para produtos dessa natureza. Já estão sendo analisados os pedidos de grupos interessados na implantação de terminais de exportação exclusivos para movimentação da soja transgênica e para tanto são levados em conta e levantadas as potencialidades de cada um para verificação dos quais melhor se adaptam. Ficou determinado pela Superintendência que até o final deste mês todas as análises estejam concluídas para que o Porto se posicione quanto aos pedidos existentes. A possibilidade de instalar um terminal é livre a todos os interessados, desde que dentro das normas estabelecidas pela APPA, que terão publicidade até esse final de semana. Está fora da possibilidade a utilização de qualquer instalação pública do Porto de Paranaguá, e seus Silos; **Conselheiro Fayet** - disse que essa questão foi levantada no Relatório da ANTAQ, e questiona porque terá de haver no caso do Porto de Paranaguá instalações de uso exclusivo, diferentemente do que ocorre em outros portos? Se haverá a possibilidade de se ter instalação exclusiva para farelo de alta proteína, outra para baixa proteína, outra exclusiva para milho, exclusiva para trigo, ou se somente a soja que é contaminante? **Conselheiro Admilson** - Infelizmente desconhece, mas no caso da transgenia existe uma lei onde se prevê a separação, o que não ocorre com os outros grãos. Trata-se especificamente da transgenia, que deve ser rotulada a situação dela, e o Porto considera que qualquer utilização em conjunto há a contaminação de um de um produto para outro. **Conselheiro Fayet** - Destaca que é a Instrução Normativa nº 15/2004 do Ministério da Agricultura (DOU n.111 de 11/06/2004), que determina como se faz classificação para exportação. E também, que o Ministério da Agricultura considera que essa Instrução está em vigência, e que ela não tem conflito com a Lei de Biossegurança. E esta é a razão de sua pergunta. **Conselheiro Sérgio Botto** - A questão está posta, há várias discussões judiciais em torno dessa questão, há dificuldade de interpretação e de aceitação desta postura, da vigência desta portaria. Há a eminência de uma lei estadual de proposição da Deputada Luciana Raphain, que já foi votada e está sob análise do Governador, que disciplinará essa questão também, porque com o advento da Lei de Biosegurança há um



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
CEP: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax 3420 -1360
E-mail: cappgua@pr.gov.br

vácuo que diz respeito se há ou não a vigência de um Decreto Federal anterior a essa Lei. Há toda uma discussão que acha não ser conveniente ressuscitar. O fato é que a Administração dos Portos traz a informação que nesse final de semana traz as normas para a Instalação de Mecanismos de Operação com relação Organismos Geneticamente Modificados. **Conselheiro Hermes** - acredita que a questão dos transgênicos é bastante polêmica e não seria resolvida apenas na Reunião do CAP, mas é importante fazer algumas considerações. O problema está na divergência de posicionamento, o encaminhamento desta questão deveria ser feita a seis mãos. O entendimento em alguns pontos é que leva à desvantagem competitiva em Paranaguá. Com relação a rotulagem, parece que o entendimento mais adequado, é que essa Lei é destinada a comercialização de soja no mercado Interno, ela não é destinada ao Mercado Internacional. Acredita que se deve ter a prudência de analisar melhor essa questão. Quanto a segregação, isso pode ser feito de forma mais inteligente, ou seja, existe processo de rastreabilidade, que é bastante viável que coloque em prática, o que já é feito no Porto de Santos. Existem Terminais que carregam a soja convencional e a soja não convencional na mesma instalação com toda a garantia ao cliente de certificação. São alternativas que dão o maior volume ganhando na escala pra se competir nesse mercado. Não é muito lógico se construir uma instalação para transportar soja convencional, quando a demanda desse produto não é como pensam. Quando se vê no jornal que está se fazendo acordos com a Inglaterra e a França essa demanda é muito reduzida, e o Brasil é um dos maiores produtores de soja transgênica, e as escalas são muito diferentes daquilo que se fala do mercado de soja convencional, ou seja, há uma série de variáveis técnicas, legais, operacionais, as quais deveriam se tentar analisar, e viabilizar a todas as partes que façam o seu trabalho de forma tranqüila. Quanto maiores as divergências, maiores as desvantagens. Já está se discutindo logística na próxima safra, e o Estado do Paraná deverá plantar entre 20% a 25% de produto transgênico, o que é uma necessidade do segmento dos negócios de soja, e uma decisão do produtor que precisa defender o seu negócio. Considerando esse percentual de soja transgênica, tem que se dar uma solução ao homem do campo, porque vai estar sofrendo uma repercussão do mundo do negócio de soja em relação a preço, e ao cambio entre dólar e real, entre outras questões. Por isso acredita que tem que se achar uma solução que acomode todos os lados. O que se está tentando é uma alternativa que viabilize a continuidade de ter o Porto de Paranaguá como uma alternativa logística nesse segmento. Caso contrário se procurará alternativas. **O Conselheiro Sérgio Botto**, no momento em que o Conselheiro do CAP e Diretor da APPA, manifesta que a Administração dos Portos está buscando essa solução e divulgará normas nesse sentido, não há leitura do Governo do Estado dos números postos pelos Conselheiro Hermes, mas isso não é questão para se discutir aqui, como também não é questão eventuais atribuições de prejuízos a cidade de Paranaguá, ou ao próprio Porto de Paranaguá por questões que dizem respeito a política econômica do Governo Federal, e a quebra de safra por razão de aspectos climáticos. O fato é que há a intenção clara de viabilizar nos termos da lei estas normas que serão divulgadas no final de semana. **O Presidente Hélio** pergunta se essas normas podem ser enviadas ao CAP para conhecimento e não através da divulgação pública? A resposta foi positiva. **5.3. Implantação do Corredor da Madeira no Porto de Paranaguá; Conselheiro Ruy** - A idéia do Corredor da Madeira não é uma idéia nova. A fundamentação e o piloto desta iniciativa é recuperar o segmento madeireiro, dando enfoque à carga geral para que ela ganhe condições de viabilidade governamental, e que se possa haver uma recuperação

de mercado. A situação dos Industriais Madeireiros é precária, 90% são empresários endividados. A intenção desse projeto é recuperar o mercado da madeira, a condição e o sentido da visão qualidade – Paraná. Uma das cogitações disso é o fato do espaço físico ser eleito em Ponta Grossa, porque se entendia que se necessitava de um espaço fisicamente concebido para tal empreendimento. Uma vez frustrada a iniciativa que se tivesse a área do Km 5, buscou-se uma alternativa e essa alternativa desembocou nos armazéns da CONAB, antigo Instituto do Café, no município de Ponta Grossa. A determinação, e a busca por esse novo negócio, é dar a recuperação notada ao segmento, privilegiando uma recuperação expressiva no volume de carga ao Porto de Paranaguá. Por isso o engajamento do Governo do Estado, e a ciência do Procurador, quando da lavra dessa diminuição de alíquota. E fundamentalmente esse é projeto também do Governo do Estado do Paraná. Quanto aos projetos isto está sendo tratado, foi posto a público, os operadores têm se reunido. E a função é a busca, recuperação e agregação de carga, de comércio, de mercados emergentes, e de melhorias para o nosso sistema portuário efetivo. **Conselheiro Fayet** pergunta se o esse Sistema será alfandegado em Paranaguá, ou em Ponta Grossa? Se este processo está dentro do objeto do convênio de delegação e se existem autorizações dos órgãos federais para essa implantação? Estão sendo procedidas as licitações respectivas para todas as questões envolvidas nesse corredor? Acrescentou o **Conselheiro Fayet**. **Conselheiro Sergio Botto** esclarece que as questões apresentadas ainda são objeto de estudo, e depois de concluído os estudos, as normas serão analisadas. Parece-lhe que a indagação feita foi embasada em notícia de jornal, que muitas vezes desinforma. Mas os estudos estão sendo realizados, e estão apenas no âmbito da cogitação. **Conselheiro Ruy** pede que o **Conselheiro Fayet** com toda a sua experiência sugira como deverão proceder quanto a isso. **Conselheiro Fayet** se colocou a disposição. **5.4. Estágio de Implementação do ISPS-CODE; Conselheiro Sérgio Botto** informou que a intenção é que até o final desse mês haja a conclusão dos serviços que a empresa de licitação foi contratada para fornecer, mas já foi dito o porquê dos atrasos. Sendo que a justificativa se deu em razão de decisões judiciais, uma delas havia suspenso o processo licitatório. A decisão foi reformada pelo Tribunal de Justiça, a empresa que foi contratada está cumprindo o contrato, mas um novo atraso sobreveio em razão de uma outra liminar, de uma Vara da Fazenda Pública de Curitiba, uma ação intentada pela última empresa classificada nessa licitação. Essa liminar foi caçada na segunda feira de modo que em razão disso esta empresa contratada pediu prorrogação de prazo, que não foi autorizado, mas já se tem a expectativa da conclusão disso. Todos os empecilhos que existiam foram removidos, o contrato está sendo executado corretamente e provavelmente Paranaguá será o primeiro Porto do Brasil a receber a certificação. **Conselheiro Ozeil** – seguindo a linha do **Conselheiro Botto**, pergunta sobre o Relatório da ANTAQ, página 28, que traz duas coisas importantes: Primeiro que a Implantação do Plano de Segurança Pública Portuária, nos Portos de Paranaguá e Antonina encontra-se muito atrasado apesar da APPA deter no momento os respectivos termos de aptidão emitidos pela COMPORTOS. São 26 instalações portuárias que são objeto de inspeções da COMPORTOS, 16 já cumpriram as exigências, faltam 10. Pergunta se essas 10 ficarão concluídas até o final do mês? A Srta **Xênia (APPA)** disse que não é competência do Porto certificar as outras instalações, por isso ser competência da Polícia Federal. **Conselheiro Admilson** - disse que a parte civil já foi completada, assim como parte a infra-estrutura para instalação dos equipamentos. Faltando somente a instalação do equipamento. O Senhor Presidente

informa que o Coordenador da CESPORTOS participará de reunião do CAP para oferecer esclarecimentos adicionais sobre esta matéria. **5.5. Utilização de Equipamentos de Bowl-Thruster e Extern-Thruster;** O Cons. Admilson apresentou o posicionamento da Administração dos Portos - A necessidade de reforma do cais em sua maior parte, os reforços adicionais que ocorrem junto a Infra-estrutura, e a possibilidade real do dano, entra outros fatores, forçam a manutenção da proibição existente. Observamos que a proibição já vem da Administração anterior, que também por zelo as relações físicas, preferiu suspender a utilização desses recursos para não haver maiores danos ao cais, bem como as instalações existentes. Dessa forma por hora a utilização desses equipamentos não será liberada. **Conselheiro Michael** - acredita que a resposta e a declaração são muito genéricas, visto que no processo de pedir, aguardavam nesse primeiro pronunciamento laudos com relação aos Berços 215, 216 e 217, que são berços novos e no caso do 215 já tratado com cortina. Acha que ninguém esperava que fosse uma liberação genérica do Porto, tanto que no projeto do Cais Oeste contemple-se no tratamento não só de proporcionar uma condição de aprofundamento de calado em todos os berços para 14 m, mas justamente no tratamento facial, para que se tenha condições técnicas para agüentar isso. O **Conselheiro Sérgio Botto** - Destaca que não lhe satisfaz também a resposta, visto que se tem discutido esse assunto a várias reuniões. E houve a sugestão no CAP de que a Direção da APPA trouxe-se ao CAP esses estudos, porque a discussão é em torno dos riscos pode ocasionar ao Cais, e como há esse questionamento, disse o Sr. Ogarito naquele momento que existem na APPA estudos sobre o assunto. Sugere assim que a Diretoria da APPA encaminha-se esses estudos para que o estudo fosse debatido. **Conselheiro Frisoli** - Coloca que em uma reunião anterior foram pedidos os estudos técnicos, que o Engº Ogarito disse que existiam, que impedissem o uso de Bow Thruster nos Berços 214, 215 e 216. Sugere assim que em decorrência de mais de um estudo, se contrate uma empresa especializada com recursos do Fundo de Dragagem e se definisse essa questão, porque não existe há possibilidade de aceitar a resposta que o representante da APPA deu, pois foi encaminhado há muitas reuniões atrás o laudo que permitia a utilização especificamente no Berço 15. **Conselheiro Carlos Alberto** - A proibição do uso de Bowl Thruster foi na gestão passada, e teve origem em um problema de vazamento em alguns dos Berços, os quais já foram reparados. Mas o uso do Bow Thruster se deu anteriormente a proibição. O uso era permitido há muitos anos, e em outros portos não há essa proibição. O **Conselheiro Sérgio Botto** - sugere que se solicite a APPA que encaminhe ao CAP esses laudos, eventuais estudos feitos recentemente, bem como justificativa que o cais está em obras. **Presidente Hélio** - Por não haver objeções, decidiu-se pelo encaminhamento de solicitação a APPA para apresentação dos estudos técnicos que comprovem a proibição do uso dos Bow Thruster e Extern Thruster. **- 6 - ANTAQ - ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - RELATÓRIOS Nº AG002A/2005-SPO e AG002B/2005-SPO - Secretaria do CAP;** **Conselheiro Sérgio Botto** - Destaca no Relatório 2b, a partir da página 18, quando elenca quais são as efetivas atribuições desse Conselho, o que já havia dito na sua primeira ou segunda participação, está no Relatório da ANTAQ, o que demonstra que não havia inventado nada, mas é a ANTAQ que está definindo didaticamente a condução dos trabalhos, as verdadeiras atribuições, e os limites de deliberações que o CAP emite, como com relação aos Fundos, pondo fim a eterna discussão. **Conselheira Maria** - Os fundos

foram negociados na ocasião para poder se reajustar os valores da tarifa portuária, e naquela ocasião se encontrou uma forma de fazer com que aqueles recursos que entrariam, não seriam gastos com ações trabalhistas. A Administração Portuária que estava sem recurso resolveu negociar com o CAP, com a criação dos Fundos, sem criar óbices de ordem legal, e sim preocupada em colocar recurso no Porto quase falido.

Conselheiro Ozeil – Em um dos itens do Relatório da ANTAQ consta que a APPA continua desrespeitando a Lei 10.233 de 2001, art. 27, inciso 17º, ao não solicitar autorização da ANTAQ para os investimentos que realiza. **Conselheiro Sérgio Botto** –

Esclarece que isso diz respeito apenas aos serviços de pavimentação que foram feitos na área portuária e em algumas vias públicas. **Presidente Hélio** – É mais amplo, todos os investimentos que são patrimoniais do Porto Organizado a Lei 10.233 observa essa obrigatoriedade. **Conselheiro Sérgio Botto** – Na generalidade desse relatório, e analisando o aspecto global dele, o único foco é esse que se pode inferir desse relatório. Esse conceito de poder criar fundo, não transitou em julgado, ainda é polemizável.

Conselheiro Fayet – Disse que a Procuradoria Geral da União representada no Ministério dos Transportes tem uma posição e esse relatório da ANTAQ tem outra, está sob discussão. Conforme o caminho que tomar essa discussão isso poderá virar Tarifa, aí terão a vulnerabilidade tanto na possibilidade desses recursos serem alcançados por algumas demandas judiciais, como também pelos agentes pagadores que só concordaram em fazê-lo, mediante condições. Assim traz a informação, pois durante um ano tenta evitar que os usuários contribuintes tentem sustem as contribuições e peçam a devolução dos recursos. Porque está tentando uma solução junto com a estrutura da ANTAQ onde tem um Grupo de Trabalho, no qual representa a AEB, mais a Superintendência de Portos. Quer evitar qualquer demanda sobre o fluxo de recursos. Se Paranaguá perder esses recursos, será fatal. Na sequência, o **Conselheiro Sérgio Botto**, informou que acolhendo uma sugestão do Superintendente da APPA, convidou inúmeras entidades para uma Reunião na Procuradoria Geral do Estado as 14h do próximo dia 26, para tratar da nova Licitação de Dragagem, e formaliza o convite ao Presidente do CAP. O convite foi aceito pelo Presidente que deverá ser acompanhado pelo Cons. Juarez Moraes e Silva a este evento. – **7 - APRESENTAÇÃO DE ESTUDO SOBRE DRAGAGEM E LICENCIAMENTO AMBIENTAL – ÁREAS DE DESPEJO, ORIGEM DO ASSOREAMENTO E CONTAMINANTES - TERMINAIS DA PONTA DO FÉLIX** – Cons.

Juarez Moraes; Iniciou sua apresentação utilizando recursos de multi-mídia. E disse que meio ambiente para a Ponta do Félix não é um item a ser cumprido pela legislação, é um objetivo estratégico da Empresa no sentido de apesar de ter uma atividade agressiva, essa atividade não seja um problema pra empresa, mas um fator da empresa cumprir além do estabelecido na legislação. A empresa tem 4 programas dentro do SGA, Sistema de Gestão Ambiental, Gestão de Recursos Naturais, Resíduos Sólidos, Prevenção e Emergência com produtos perigosos, Política para os Licenciamentos Ambientais, que é coordenado pela Dr. Eliane, com apoio do SIMEPAR, e CEM. O objetivo do estudo apresentado foi focar em dragagem, contaminantes e área de Despejo. O objetivo geral do estudo que gerou a apresentação foi identificar a origem do assoreamento, a origem dos contaminantes que impactariam no acesso marítimo do Porto de Antonina, e pela conclusão dos estudos que também impacta Paranaguá. Visualizando a licença ambiental que possibilitem licitar a nova etapa de Dragagem. O **Conselheiro Ozeil** parabenizou o **Conselheiro Juarez** pela apresentação e aproveita para dizer que a Comissão de Segurança e Meio Ambiente recebeu um relatório de mais de 1000 páginas referente ao



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DO
PARANÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
CEP: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax 3420-1360
E-mail: cappgua@pr.gov.br

Meio Ambiente e Segurança no ocorrido com o Vicuña e a última transparência apresentada está de acordo com a sua preocupação. Por isso conversando com o Presidente encaminharam a todos os Conselheiros um questionário para levantar quais são os ópces no problema de Meio Ambiente e Segurança. Pois nas 1000 páginas lidas o Porto tem problemas seríssimos de Meio Ambiente e Segurança. Pede assim que cada Conselheiro pudesse listar todos os ópces de Meio Ambiente e Segurança, para que com os órgãos competentes possam elaborar um Plano Diretor, para minimizar o problema do Meio Ambiente e Segurança. **Conselheiro Admilson** - Dentro do trabalho que o Porto está fazendo para aprovação do EIARIMA, o IBAMA solicitou o PCA, que é o Plano de Controle Ambiental. Esse plano já foi concluído e está sendo entregue em Brasília para o IBAMA, como o próprio Sr. Juarez falou durante o mês agendar uma apresentação sintética do que é o Plano Ambiental e algumas conclusões que se chegaram para a Baía de Paranaguá. **Dando continuidade a pauta o Conselheiro Sidney** apresentou o Sr. Eduardo Guirdes, da Secretaria de Agricultura que fará apresentação com informações referentes à questão da Febre Aftosa no estado do Paraná. - O sr. Eduardo Guirdes agradece ao Presidente Hélio e ao Conselho a oportunidade, entendendo que as discussões que acontecerão no CAP interferem e podem contribuir de maneira relevante na evolução do que se acontece no Campo do Agronegócio, visto que o Paraná é o maior do Brasil. As situações que acontecem em campo como, por exemplo, a frustração de duas safras que tem reflexos importantes na operação dos portos, e a evolução da safra paranaense para o próximo ano que tem uma perspectiva de crescimento, também é de fundamental importância nas questões do Porto. Abre o assunto falando sobre madeira. O Estado do Paraná tem em torno de 600 mil hectares com exploração de madeira, com espaço de crescimento de cerca de 50 mil hectares por ano para os próximos dez anos. E a Secretaria da Agricultura neste momento passa a ser um agente do Governo do Estado, para fazer o fomento da lavoura florestal, apoiado em dois instrumentos importantes de crédito. A Secretaria de Agricultura tem um programa de Segurança Alimentar, que é o relativo à Fiscalização e a Defesa Agropecuária, com a promoção de saúde animal, vegetal de forma sustentável, e sobre a Prevenção e Controle de Erradicação de doenças animais e doenças vegetais. Essas principais ações são recomendadas num fórum igual ao CAP, que é o Fórum de Segurança Alimentar da Agropecuária, e com o fundo perto de 20 milhões de reais que pode ser utilizado em qualquer emergência sanitária. A emergência Sanitária que aconteceu no Mato Grosso do Sul necessitou de Recurso do Governo Federal o que não aconteceria no Paraná. Já no ano passado o Governo do Estado através da Secretaria, fez uma reestruturação na Defesa Sanitária animal e vegetal com contratação de técnicos, treinamento, aquisição de equipamentos, veículos e o desenvolvimento de um software, que é a Guia de Transito Animal Eletrônica, que nos permite nessa emergência Sanitária rastrear em tempo real, o animal que veio de qualquer parte do país para o Paraná, e esse software está sendo disponibilizado para os demais estados. O controle de Trânsito com barreiras é realizado tanto pela Secretaria, quanto pela CLASPAR. Há 161 Conselhos de Sanidade implantados nos Municípios, e um trabalho único no Brasil, feito por um órgão de Estado, que é a certificação animal. No Mato Grosso do Sul os animais contaminados, são abatidos a tiro, e incinerados. A Febre Aftosa é disseminada por um vírus de pouca incidência no Brasil, e está sendo rastreado o motivo do acontecimento dele nos Laboratórios do Ministério. Apresenta uma propriedade que está sendo observada desde setembro, sendo que o Paraná só foi notificado no dia 9. Esse foco está numa fazenda a 30 km do Paraguai e a 25 km da



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
CEP: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax 3420 - 1360
E-mail: cappgua@pr.gov.br

Divisa com o Paraná. A medida sanitária abrange um raio de 25 km, e nessa área não entra, nem sai nada, para evitar a contaminação das demais propriedades. O Estado do Paraná através de uma Resolução já fez, ou já proibiu o ingresso de animais suscetíveis a febre aftosa, que são aqueles que tem o casco partido, como por exemplo ovinos, bovinos, caprinos, e suínos. Como também proibiu o ingresso de qualquer tipo de animal oriundo de Eldorado, Mundo Novo, Iguatemi, Japorã, e Taquereí do Sul. Saiu uma outra Resolução que incrementou as ações de vigilância nas fronteiras do Mato Grosso e do Paraguai, e uma Resolução Nacional, de uma Reunião dos Secretários de Agricultura no dia 14 que definiu essa Resolução como um todo. Apresenta também um mapa que diz respeito a quem trabalha com exportação e importação, com um volume em milhões de dólares do que é praticado pela exportação de carne brasileira. São 6 milhões de dólares entre boi gordo, frango e suínos, o os países que já fizeram o embargo. No volume de Recursos que é a exportação de carne, nos últimos três anos o Paraná não recebeu nenhuma verba para aplicar em Defesa Sanitária, não se justificando uma postura do Governo Federal e o descaso com a Vigilância Sanitária. No dia 17 apareceram 3 novos focos de Febre Aftosa para o lado do Paraguai, e a partir daí a Secretaria de Agricultura ampliou a sua zona de proteção, aumentando o contingente de Defesa Sanitária em todas as regiões de Fronteiras. Uma nova resolução, fruto de uma Reunião com Santa Catarina, que alguns produtos para Santa Catarina foram liberados de serem comercializados, porque Santa Catarina, nesse momento tem uma situação muito difícil, é um estado a dez anos sem febre aftosa, e sem vacinação. O Paraná é a dez anos, sem febre aftosa com vacinação. No próximo mês estará tendo início a campanha de vacinação no Paraná, a campanha de maio foi 98% atingida com vacinação espontânea, e perto de 1,6% com vacinação assistida. Agradece mais uma vez a todos, e se coloca a disposição para qualquer indagação que se entenda necessária. **Conselheiro Fayet** – Nas áreas onde há gado vacinado, se chegar o gado infectado, não infecta o resto da tropa, porque a tropa está vacinada. Ou a vacina não presta é ineficiente, ou o manuseio da vacina é inadequado, porque a transmissão da tropa é a grande chave da questão que está em discussão. Soube que a vacina foi considerada eficiente, e que provavelmente é um problema de manuseio e de fiscalização. Pergunta se isso está correto? Sr. **Eduardo Guirides** – Para ele é um problema de vacinação de contrabando de animais. O vírus é de pouca incidência no Brasil, e a vacina é constituída para uma incidência de vírus, aquele que mais afeta. Então se entrar um animal para o estado do Paraná, mesmo com a população bovina vacinada pode ser que aconteça contaminação. Sr. **Nilson Hanke** – Foram procurados na Federação de Agricultura por um grupo de empresários libaneses, sírios, que estão interessados na compra do gado paranaense, justamente pelas condições de sanidade do gado paranaense, e exportar o gado em pé, via Porto de Paranaguá. Essa operação de exportação do gado em pé, ocorre por questões religiosas, porque os países para onde exportam tem um ritual que o gado tem que ser abatido de uma determinada forma. Essa operação já é feita pelo Porto do Rio Grande e pelo Pará, e estão querendo atuar no Porto de Paranaguá. Na continuidade encaminharam esse grupo libanês para o Conselheiro Ruy, que talvez poderá dar prosseguimento. **Conselheiro Ruy** – Como criador de longa data, e nascido nas reuniões da Sociedade Rural, percebe que existe uma cultura nociva ainda, ao não atendimento do essencial por parte de uma pequena leva de produtores, que existe em manipular o uso das vacinas preventivas, ou seja uma pequena leva desses dá-se ao desplante, comprometendo toda uma seara de produtores corretos. De outra forma, o problema das fronteiras secas é também de nota e



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
CEP: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax 3420-1360
E-mail: cappgua@pr.gov.br

de preocupação governamental, porque é muito difícil que por mais positiva que seja a ação de uma Secretaria como a nossa reconhecida como uma dos melhores se consiga controlar essa entrada ou saída da espécie animal bovina, no sentido do controle efetivo, ou do rastreamento desse grupo de rebanho que possa vir contaminado, essas entradas se dão muitas vezes clandestinamente e a noite, ao reves da vista da fiscalização e entram numa problemática de fronteira que não tem do Poder Público Federal uma vigilância permanente. Agradece ao Senhor Nilson por ter encaminhado esse grupo de sírios e romenos, que tem como objetivo exportar por Paranaguá em média 13 mil animais, numa política que se tem de levar os animais vivos, por precisarem ser abatidos com as instalações físicas desse abatedouro, voltados a Meca. É exigido também que os animais tenham até 300 kg, e que não sejam castrados. O grupo foi recepcionado, e como não tem experiência no Paraná precisa de ajuda para agregarem esse rebanho, uma vez que não se consegue facilmente reunir 13 mil rezes em condição de pré-abate, em contingenciamento próximo. Precisa de variedades de raças, parte de gado europeu, parte de origem zebu. Apresentaram alguns produtores e já conseguiram algum sucesso, dando retorno positivo. Já existe o ensaio de estudo logístico para o Porto, porque uma operação dessas envolve o emangueiramento do gado, uma área de recuo positivo, que esse gado tenha a sanidade própria, e é uma operação de no máximo 18 horas entre trazer o rebanho e o seu embarque efetivo. O peso do gado cai até 30% desde que sai da propriedade até chegar ao Porto, existindo assim uma sistemática logística que precisa ser observada. É uma forma de carga diferenciada e importante, porque querem fornecer para todo o Leste Europeu, e para os mercados asiáticos. Disse ainda que os próximos anos serão os anos da carne. E que os grandes grupos que não eram do comércio de carne bovina estão ingressando forte, estão cotando algumas empresas internacionais. Esse grupo tem 6 navios próprios, e quem sabe em breve poderá se dar início a esse novo projeto. Dando continuidade à pauta o **Presidente** informa que em razão de compromissos foi solicitado que se transferisse a próxima Reunião marcada para o dia 17 para o dia 18. O Conselho decidiu que a reunião fosse realizada no dia 22. O **Presidente** informa que recebeu da Prefeitura um convite solicitando que fosse indicado um representante do CAP para fazer parte da composição do Núcleo Gestor de Acompanhamento do Plano Diretor Municipal. O Conselho decide que a Conselheira Maria do Socorro e o Conselheiro José Roberto representarão o Colegiado no respectivo Núcleo Gestor. - **8 - CÂMARA TEMÁTICA DE INFRA - ESTRUTURA E LOGÍSTICA DO AGRONEGÓCIO - Relatório das Atividades - Cons. Sidney Pinto;** O **Presidente** registra que a Câmara Temática já se reuniu duas vezes, e que os Relatórios foram distribuídos aos conselheiros. - **9 - RELATÓRIOS GERENCIAL, OPERACIONAL, ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DA APPA - Representantes da APPA;** Foi distribuído aos Conselheiros e encontra-se uma cópia arquivada na Secretaria do CAP; - **10 - RELATÓRIO GERENCIAL DO OGMO - Sr. Dautro Nascimento;** Foi distribuído aos Conselheiros e encontra-se uma cópia arquivada na Secretaria do CAP; II - **EXPEDIENTE: COMUNICAÇÕES E INFORMAÇÕES GERAIS DO MÊS - Conselheiro Frisoli** - solicitou que seja relatado no expediente se houveram ou não respostas do documentos enviados; III - **ASSUNTOS GERAIS:** O Conselheiro Michael parabeniza o **Presidente** pela inclusão do item 5, que foram informações fornecidas pela APPA, e que aparecem pela primeira vez de acordo com o pedido feito na última reunião de apontar específicos assuntos que estão demorando para serem resolvidos, ou pelo menos respondidos. Outro elogio refere-se ao Ofício Expedido nº 103, que é o segundo das



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA

Rua Antônio Pereira, 161
CEP: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax 3420 -1360
E-mail: cappgua@pr.gov.br

correspondências expedidas, que é a questão de declaração e oficialização de profundidades no Porto, que foi expedido dois dias depois de última reunião, e que por um lapso não foi constatado no item 5, mas já que é um assunto de correspondência expedida pergunta se a APPA tem alguma resposta com relação a essa solicitação do Ofício 03/05 - CAP/PR. **Conselheiro Admilson** - relatou que não conhece muito bem esse ofício, mas que estiveram estudando a questão da Publicação, e no site do Porto existe uma publicação das Profundidades, que precisa ser melhorada, e a intenção é que se faça isso o mais breve possível. **Presidente Hélio** - Informou que fora encaminhada à Administração do Porto a Deliberação do CAP que trata do Horário de Funcionamento no Ano Novo e no Natal e ainda não houve uma resposta. **Conselheiro Hermes** - pergunta ao Representante da APPA, se não seria possível se criar um Grupo de Trabalho, ou uma Equipe de Colaboradores, que estivesse representado por um Representante de cada Terminal Arrendatário no Sentido de discutir a questão dos Transgênicos, e focalizar uma solução na questão da segregação. Pergunta se seria possível viabilizar um canal de comunicação entre Usuário, Exportador, APPA, Arrendatários. **Conselheiro Admilson** - disse que não tem uma posição sobre isso, e que talvez devesse se mandar uma correspondência a administração para se ter uma posição sobre isso. **Presidente Hélio** - destaca que a Comissão de Operações Portuárias também se encarrega de debater essas matérias, e de repente pudesse se solicitar a APPA que ampliasse essa reflexão incluindo representantes desse Conselho e de todos os Terminais ligados à matéria. Solicitou a Comissão que analisasse esta questão. Não havendo mais assuntos em pauta, o **Presidente** agradeceu a presença dos Conselheiros e Convidados. Nada mais havendo a tratar encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos, tendo eu **Vitor Roberto Muller Bernardi**, Secretário Executivo, lavrado a presente Ata que segue assinada pelo Presidente, demais Conselheiro e Convidados.

CONSELHEIROS:

Hélio José da Silva _____
Sérgio Botto de Lacerda _____
Rogério Distéfano _____
José Baka Filho _____
Juarez Moraes e Silva _____
Ruy Alberto Zibetti _____
Admilson Lanes Morgado Lima _____
Carlos Alberto Silveira Calvo _____
Michael Martins da Silva _____
Mauro Fontoura Marder _____
Carlos Roberto Frisoli _____
Jorge Tacla Filho _____

Carlos Antonio Tortato

Leonardo Luiz Vicente

Wilson Moraes da Silva

Maria do Socorro de Oliveira

Carlos Alberto Martins da Costa

Zulfiro Antonio Bósio

Ozeil Moura dos Santos

Luiz Antônio Fayet

Airton Galinari

Adriano Gustavo Vidal

Sidney Pinto

José Roberto Almeida Corrêa

João Gilberto Cominese Freire

CONVIDADOS:

CPPR - CMG. Francisco dos Santos Moreira

FAEP - Nilson Hanke Camargo

OGMO - Dautro do Nascimento

SINDAPAR - Luiz Fernando Mazzitelli

SINDAPAR - Laís Sávio

APPA - Xênia Karina Arnt

APPA - Stella Maris Bittencourt

APPA - Fabrício Massardo

APPA - Leopoldino de Abreu Neto

APPA - Carlos de Oliveira da Velha Filho

APPA - Carlos Elysio Neves da Costa

APPA - Renato Nikel Veiga

SEAB - Eduardo Felipe Guidi

SEAB - Sérgio Luiz Lissa

Terminais da Ponta do Félix - Eliane Bee Bondrini